

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção/Adequação das
Unidades de Ensino da Rede Federal de Educação Profissional e
Tecnológica em seus contextos**

GOIÂNIA, SETEMBRO DE 2009.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica –
Região Centro-Oeste**

Equipe Técnica:

Walmir Barbosa
Pesquisador - IFGOIÁS Campus Goiânia

Jakeline Cerqueira de Morais
Aluna Bolsista - IFGOIÁS *Campus* Goiânia

Maxmillian Lopes da Silva
Aluno Bolsista - IFGOIÁS *Campus* Goiânia

Inez Ibargoyen
Pesquisador - IFCE Campus Fortaleza

Marcela Mozinho
Aluno Bolsista - IFCE *Campus* Fortaleza

Edward Pascoal
Pesquisador - IFPA Campus Belém

Mario Nazareno
Pesquisador Técnico - IFPA –Campus Belém

João Vitor
Aluna Bolsista - IFPA *Campus* Belém

Sumário

1. Apresentação.....	4
2. Justificativa	4
3. Objetivos.....	6
3.1. Objetivo Geral	6
3.2. Objetivos Específicos	6
4. Metodologia.....	7
4.1. Pesquisa em Documentos Institucionais	9
4.2. Pesquisa em Banco de Dados	9
4.2.1. Análise de Recursos Naturais	10
4.2.2. Análise Demográfica	11
4.2.3. Análise Econômica.....	12
4.2.4. Análise Sócio-Educacional.....	12
4.2.5. Análise do Trabalho e Emprego	13
4.2.5. Análise do Ensino Superior e Técnico	15
4.3. Pesquisa de Campo.....	16
5. Levantamento das Modalidades de Educação e Cursos a Serem Oferecidos pelas Unidades de Ensino	17
6. Relatório de Estudo/Pesquisa	17
7. Cronograma	18
8. Fontes de Pesquisa.....	19

1. Apresentação

Está previsto para o ano de 2010 a conclusão das fases de expansão da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica, iniciada em 2007. Desta forma, a Rede contará com 366 unidades de ensino, qual sejam Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal.

Tendo em vista essa realidade e o propósito do Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica de oferecer subsídios às políticas públicas da Educação Profissional e Tecnológica da SETEC/MEC, bem como subsidiar as instituições da Rede com dados e informações que possam contribuir com o seu planejamento e inserção regional, a Coordenação Nacional em reunião com os Núcleos Regionais do Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica, realizada no âmbito do encontro do Sistema de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SIEP), em agosto de 2009, definiu pela elaboração de uma metodologia de estudo/pesquisa voltada para contribuir com a inserção/adequação dos Institutos e dos seus *campi* em seus contextos locais regionais.

O Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção/Adequação das Unidades de Ensino da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em seus contextos e a sua conseqüente implementação constitui-se, portanto, como parte do esforço pela expansão/fortalecimento da Rede, bem como para que essa expansão e fortalecimento traduzam efetivamente as demandas sociais, econômicas e culturais das regiões em que se inserem as Unidades de Ensino.

2. Justificativa

Historicamente, a criação e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica não foram precedidas de estudos/pesquisas. Frequentemente, deliberações pela criação das Unidades de Ensino ocorriam pelo alto e destituídos de estudos prévios que pudessem identificar as demandas e anseios sociais e econômicos dos contextos em que elas se inseriam. A carência dos estudos/pesquisas também se estendia no âmbito das direções das Escolas Técnicas Federais e dos Centros Federais de Tecnologia. Em

consequência, as deliberações não eram balizadas por estudos/pesquisas rigorosos, seja no processo de implantação ou de consolidação.

Essa falha presente na Rede redundou em inadequações, tais como entre a demanda de mercado de trabalho e a oferta de cursos, as demandas de perfis e competências profissionais e o eixo técnico/tecnológico das matrizes curriculares, das demandas sociais e fechamento corporativo da instituição e/ou carência de projetos de extensão, e assim por diante. Em face desta realidade ocupa extrema importância e necessidade o desenvolvimento de uma metodologia de estudo/pesquisa de inserção/adequação que possibilite aos Institutos da Rede reverter essa realidade, de forma a permitir a racionalização e o planejamento de suas implantações de fato articulado às necessidades e demandas dos seus contextos.

Os estudos/pesquisas propostos para o Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica visam à inserção/adequação das instituições com as diversas necessidades sociais, econômicas e culturais, de forma a buscar um desenvolvimento auto-sustentável e inclusivo socialmente. Tais estudos se projetam para as instituições a serem implantadas, isto é, que se encontram em projeto; as instituições em processo de implantação, isto é, que foram instaladas nas I e II fases de expansão, cujo processo se estende ao longo de aproximadamente 5 (cinco) anos e; as instituições estabelecidas, ou seja, aquelas já consolidadas, mas que carecem de reformulação de suas formas de atuação nos seus contextos regionais. Para tanto, essas instituições devem estar articuladas com os setores produtivos e com a sociedade. Em especial, devem suprir as carências de oportunidades acadêmicas, de profissionalização, de desenvolvimento de pesquisa e de arranjos locais, nos municípios em que se encontram e nas regiões de influência imediata e mediata.

Mediante a adoção da metodologia de estudo/pesquisa voltada para estes projetos, buscar-se-á identificar as potencialidades naturais e as demandas sociais, econômicas e educacionais, associadas às localizações geográficas dos Municípios onde se encontram implantadas as Unidades de Ensino e dos Municípios que fazem parte da Região de Influência imediata e mediata. Desta maneira o Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica tem a responsabilidade de oferecer uma grade de referências que permitam contribuir com as decisões que os Conselhos Diretores, Reitorias, as Diretorias dos *Campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica venham a deliberar nos campos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, nas Unidades de Ensino estabelecidas, em

processo de implantação e a serem implantadas.

Os estudos/pesquisas poderão proporcionar indicações acerca das modalidades de educação e dos cursos a serem criados e/ou remodelados e dos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais demandados no Município e nas áreas de influência imediata e mediata dos diversos *campi* e unidades de ensino.

3. Objetivos

3.1. Objetivo Geral

- Elaborar uma metodologia de estudo/pesquisa que possibilite a atuação e a inserção mais adequadas dos Institutos e dos seus *campi* em seus contextos locais e regionais, contemplando as dimensões educacional, social e econômica de cada lugar.

3.2. Objetivos Específicos

- Indicar as modalidades de educação profissional e tecnológica adequadas aos *campi* e a unidades de ensino;
- Indicar os Cursos Técnicos e Superiores (Tecnológico, Bacharelado e Licenciatura) adequados às demandas municipais e das áreas de influência das instituições;
- Recomendar a observação de aspectos de organização acadêmica e administrativa necessária para que os *campi* e unidades de ensino, estabelecidos, em processo de implantação ou a ser implantada, possam desempenhar adequadamente o seu papel social;
- Assinalar algumas interações possíveis e necessárias entre os *campi* e as unidades de ensino, os gestores públicos, os empresários e as organizações da sociedade civil e movimentos sociais em torno dos Arranjos (Produtivos, Sociais e Culturais) Locais estabelecidos e/ou potenciais;

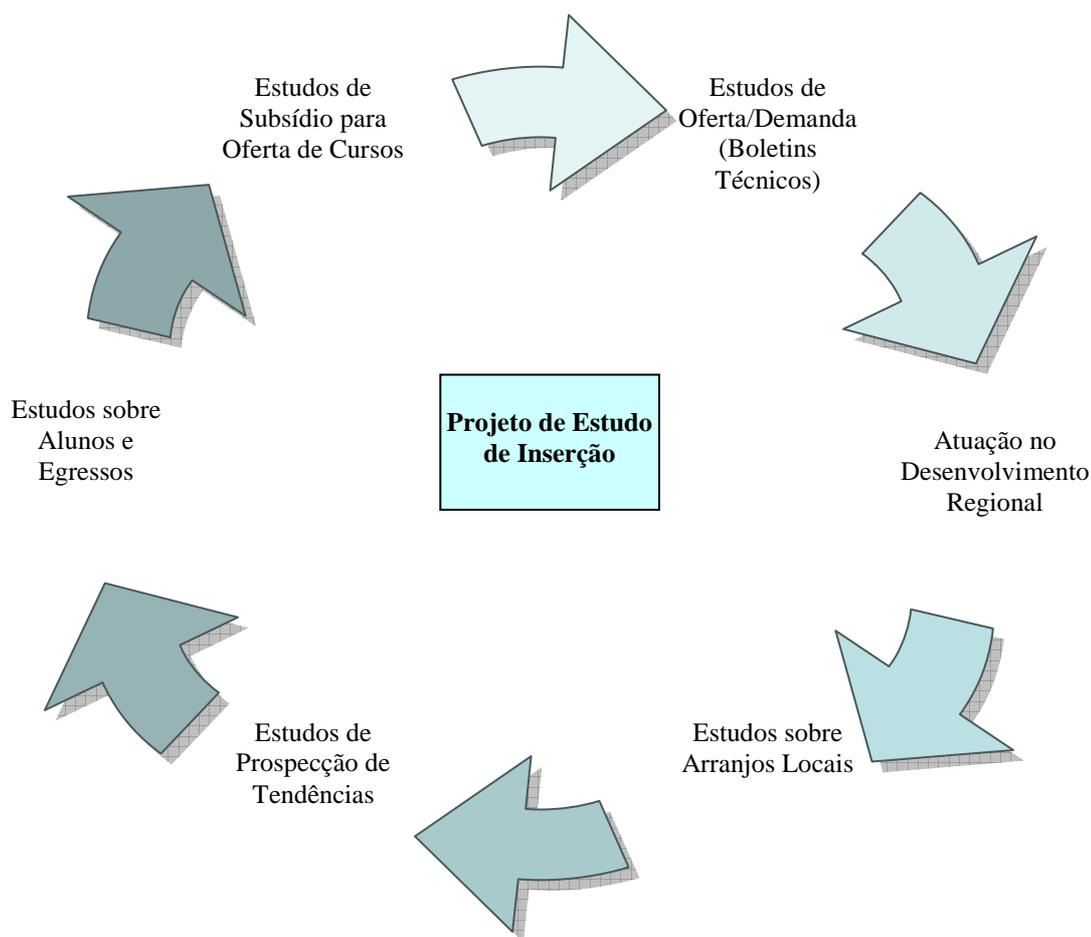
- Identificar os perfis dos Arranjos Sociais, Culturais e Produtivos na região de influência e confrontar com a estrutura organizacional dos IF e com as políticas de ensino pesquisa e extensão, e com os eixos tecnológicos dos catálogos nacionais de cursos técnicos e cursos superiores de tecnologia;
- Indicar possíveis linhas de Pesquisa e Programas de Extensão adequados às necessidades do Município e da região de influência imediata e mediata da instituição;
- Identificar possíveis intervenções necessárias às unidades de ensino estabelecidas, com vistas a adequar sua atuação ao contexto regional no qual está inserida.
- Relacionar as ocupações técnicas por setores da economia (vertente ocupacional) e suas concentrações na região de influência, confrontando com os índices estaduais e nacional, os eixos tecnológicos do catálogo de cursos profissionalizantes e as políticas de desenvolvimento municipal, estadual e federal para a área de influência.
- Identificar as políticas de desenvolvimento municipal, estadual e federal para a área de influência;
- Elencar os órgãos de fomento de políticas públicas em nível regional, estadual e federal, identificando o órgão estadual de incentivo à pesquisa e suas linhas de trabalho.

4. Metodologia

O estudo/pesquisa de inserção dos institutos federais em seus contextos regionais deve ser compreendido como projeto e metodologia próprios, mas que interagem com outros projetos e metodologias que permitem aprofundar aspectos por ele abordados. Portanto, não deve ser compreendido isoladamente. É necessária uma visão de conjunto acerca dos demais projetos e metodologias que também concorrem para a inserção das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica aos seus contextos.

Encontra-se, a seguir, a apresentação de uma representação gráfica acerca dos projetos e metodologias possíveis e que também convergem para a inserção das instituições nos seus contextos. Observa-se que as demandas e os consequentes projetos e

metodologias são diversos, mas ao mesmo tempo interdependentes. Como se pode verificar, segundo o entendimento aqui expresso, projetos e metodologias de estudos de prospecção de tendências (tecnológicas, ocupacionais etc.), de estudos de oferta/demanda de educação profissional e tecnológica, de estudos sobre inserção das instituições sobre o desenvolvimento regional e de estudos acerca de arranjos locais, entre outros, convergem para um sentido geral comum, mas revelam e guardam uma especificidade própria.



Os estudos/pesquisas para inserção/adequação dos *Campi* e unidades de ensino em seus contextos apoiar-se-ão em uma metodologia que se distribui em 3 (três) etapas, a saber: pesquisa em documentos institucionais; pesquisa nos bancos de dados das secretarias de planejamento dos governos estaduais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Ministério da Educação - MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira - INEP) e do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS); e pesquisa de campo.

4.1. Pesquisa em Documentos Institucionais

A primeira etapa, que consiste na definição da concepção do Projeto de Estudo/Pesquisa para Inserção/adequação das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, observar-se-á os parâmetros determinados pelos seguintes documentos institucionais: I e II Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que estabelece os objetivos e atribuições dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Estatutos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal; Grupo de Trabalho Permanente Para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL); Projeto Sintonia; Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e parâmetros legais que balizam a oferta de cursos de formação inicial continuada, cursos técnicos (EJA, integrado e sequencial) e cursos superiores (tecnológicos, bacharelados e licenciatura).

4.2. Pesquisa em Banco de Dados

A segunda etapa consiste em levantamento de dados dos Municípios e suas regiões de influência nas quais a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se faz presente (por meio das instituições estabelecidas ou em processo de implantação) ou que se farão presentes (por meio das instituições a serem implantadas), por meio dos bancos de dados das Secretarias de Planejamento dos Governos Estaduais em que se insere o *Campi* e a unidade de ensino, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Ministério da Educação - MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP) e do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS), abordando aspectos de caráter natural, demográfico, econômico e sócio-cultural.

As regiões de influência imediata e mediata de cada Município nos quais estão sendo ou serão implantados *Campi* e unidades de ensino são definidas na I e II Fases de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, compreendendo os municípios que se encontram inseridos nos raios calculados a partir do município que abriga ou abrigará a instituição. Tendo em vista uma melhor apresentação das dinâmicas regionais, municípios que se encontram fora dos raios acima referidos, mas que assumem uma importância singular, também poderão ser abordados separadamente. A tabela que se apresenta os raios estabelecidos para cada Unidade da Federação, conforme a Proposta de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - 2007.

TABELA 1: Raios Estabelecidos, por Unidade da Federação, em Km.

RAIO	UNIDADE DA FEDERAÇÃO
30	DF
40	AL; ES; RN; SC;
50	BA; CE; PR; RJ; SP;
60	AC; GO; MA; MT; MS; MG; PA; PB; PE; PI; RS; RO; SE; TO;
70	AM;
80	AP; RR.

Fonte: MEC. Proposta de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - 2007.

Os dados serão baixados por níveis regionais, a saber: Mesorregião e Microrregião, município sede e sua região de influência nas quais o *Campus* encontra-se estabelecido, em implantação ou a ser implantado.

4.2.1. Análise de Recursos Naturais

A análise de recursos naturais consistirá em levantamento dos dados dos municípios sede e suas regiões de influência. Estes dados focarão a ocorrência e estágio de intervenção social de recursos minerais, a presença de rios ou lagos, o número de áreas de conservação ambiental etc.

Esta análise permite identificar potencialidades/vocações e estrangulamentos, problemas que poderão ser objeto de intervenção da instituição.

4.2.2. Análise Demográfica

A análise demográfica se distribui em dois momentos, quais sejam: estudos por idade; e análise geral.

Estudo Por Idade: Serão realizadas análises demográficas dos municípios sede e de suas regiões de influência (separadamente), referentes aos anos de 2000 a 2005. Essas análises serão divididas por faixas etárias de 0-4 anos, 5-10 anos, 10-19 anos, 20-29 anos, 30-39 anos, 40-49 anos, 50-59 anos, 60-69 anos, 70 anos ou mais, fazendo projeções “idealmente construídas”, com base na taxa de referência de crescimento ao ano, a partir de dados do IBGE, projetada para toda uma década. É um recurso metodológico que visa ilustrar um comportamento demográfico, identificando tendências e/ou intuindo fenômenos como, por exemplo, o crescimento projetado para população durante a década, a população evadida (por grupos de idade) e a taxa de crescimento real e projetada.

A identificação de tendências demográficas pode permitir a antecipação de fenômenos sociais e a preparação da instituição para atuar sobre os mesmos, a exemplo de uma grande elevação relativa e absoluta de população idosa em um dado município e o desenvolvimento de projetos de extensão e de cursos voltados para os cuidados à saúde.

Essa etapa segue os seguintes passos:

1. Levantamento de dados dos municípios sede, separadamente;
2. Levantamento e soma dos dados da região de influência imediata de cada município sede (de acordo com os raios estabelecidos);
3. Cálculo da projeção, feita a partir do primeiro ano da década, de cada município sede e de suas respectivas regiões de influência, utilizando a taxa de crescimento vegetativo para a década (IBGE);
4. Cálculo da população evadida (de cada município sede e da região de influência imediata), tendo em vista o resultado da projeção no ano de 2005;
5. Cálculo da taxa de crescimento da população (real e projetada), nos anos de 2000 a 2005 para cada município sede e da região de influência imediata;

6. Elaboração da representação gráfica dos dados.

Análise Geral: A análise geral não especifica grupos por idade e/ou sexo, de forma que segue o mesmo procedimento metodológico do estudo por idade e tem os mesmos objetivos, abordando dados demográficos da década de 1980, 1990 e dos anos de 2000-2008, visto que para cada década há uma taxa média de crescimento vegetativo. Vale ressaltar que este último período, 2000-2008, é contemplado com dados reais de população (IBGE) em todos os anos, portanto, não fazendo uso de projeções ‘idealmente construídas’.

4.2.3. Análise Econômica

A análise econômica se distribuirá em dois momentos, quais sejam: o levantamento dos dados econômicos e a análise dos mesmos e identificação de tendências e cenários futuros. O levantamento dos dados dos municípios sede e das suas regiões de influência, apoiar-se-á nas análises das atividades agropecuárias obedecendo aos seguintes passos:

1. Levantamento de dados referentes à produção de aves, bovinos e suínos, e o número de laticínios e frigoríficos em cada município sede e da região de influência imediata;
2. Levantamento e coleta de dados referentes aos principais produtos agrícolas cultivados em cada município sede e da região de influência imediata;
3. Levantamento das atividades industriais (construção civil, de transformação e agroindustriais) do município sede e da região de influência imediata;
4. Levantamento das atividades comerciais e de serviços do município sede e da região de influência direta.

Após o levantamento dos dados econômicos será conduzida uma análise geral dos mesmos, buscando abstrair tendências e cenários econômicos futuros, a interdependência no âmbito da microrregião, da mesorregião e do estado etc.

4.2.4. Análise Sócio-Educacional

A análise Sócio-Educacional se dividirá em duas partes, a saber, “Aspectos

Educacionais” e “Aspectos Sociais”. Ela consistirá de levantamento dos dados da Mesorregião e Microrregião nas quais o município sede está inserido, do município sede e sua região de influência. Os “Aspectos Educacionais” são referentes ao total de alunos, ao número de escolas, ao número de instituições de ensino superior, a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, ou seja, consiste na análise de dados quantitativos, por meio dos seguintes passos:

1. Levantamento de dados referentes à educação de cada município sede e da região de influência;
2. Cálculo da taxa de desenvolvimento educacional dos aspectos a serem observados, como número de escolas em atividade, de salas de aula, de docentes entre outros.

O levantamento dos dados será realizado junto ao INEP, às Secretarias de Planejamento e de Secretarias de Educação dos Governos Estaduais e municipais e do IBGE.

Os “Aspectos Sociais” se limitarão ao levantamento e análise da evolução do IDH Municipal (IDH-M), tanto do município sede quanto da região de influência considerada (conforme raio estabelecido). Para tanto, tornam-se necessários os seguintes passos:

1. Levantamento do IDH-M estratificado (IDH-M Renda, IDH-M Educação, IDH-M Longevidade) e IDH-Total do município sede e dos municípios componentes da região de influência considerada;
2. Soma dos IDH's dos municípios componentes da região de influência considerada para se obter a média dos mesmos;
3. Análise dos resultados

4.2.5. Análise do Trabalho e Emprego

A análise do Trabalho e Emprego consiste no levantamento de dados da evolução do número de trabalhadores sob contrato formal na Mesorregião e Microrregião nas quais o município sede se insere e em sua região de influência imediata e/ou em municípios que, apesar de não fazerem parte da região de influência estabelecida, se façam notórios do ponto de vista do número de empregos gerados em função da proximidade com o

município sede. Os dados serão levantados na base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS) e organizados por Grandes Setores¹ e Subsetores² de atividades econômicas, da seguinte forma:

- a) Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica na mesorregião (Quinquênios 1985/1990, 1990/1995, 1995/2000, 2000/2005, e anos 2006 e 2007)
- b) Evolução do Emprego nos Subsetores de Atividade Econômica na mesorregião (Quinquênios 1985/1990, 1990/1995, 1995/2000, 2000/2005, e anos 2006 e 2007)
- c) Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica na microrregião (Quinquênios 1985/1990, 1990/1995, 1995/2000, 2000/2005, e anos 2006 e 2007)
- d) Evolução do Emprego nos Subsetores de Atividade Econômica na microrregião (Quinquênios 1985/1990, 1990/1995, 1995/2000, 2000/2005, e anos 2006 e 2007)
- e) Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica no município sede (Quinquênios 1985/1990, 1990/1995, 1995/2000, 2000/2005, e anos 2006 e 2007)
- f) Evolução do Emprego nos Subsetores de Atividade Econômica no município sede (Quinquênios 1985/1990, 1990/1995, 1995/2000, 2000/2005, e anos 2006 e 2007)
- g) Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica em municípios da região de influência (Quinquênios 1985/1990, 1990/1995, 1995/2000, 2000/2005, e anos 2006 e 2007)
- h) Evolução do Emprego nos Subsetores de Atividade Econômica em municípios da região de influência (Quinquênios 1985/1990, 1990/1995, 1995/2000, 2000/2005, e anos 2006 e 2007)

¹ Primário, Secundário e Terciário.

² Extrativa mineral; Indústria de produtos minerais não metálicos; Indústria metalúrgica; Indústria mecânica; Indústria do material elétrico e de comunicações; Indústria do material de transporte; Indústria da madeira e do mobiliário; Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas; Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria; Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; Indústria de calçados; Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico; Serviços industriais de utilidade pública; Construção civil; Comércio varejista; Comércio atacadista; Instituições de crédito, seguros e capitalização; Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico; Transportes e comunicações; Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação; Serviços médicos, odontológicos e veterinários; Ensino; Administração pública direta e autárquica; Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal e; Outros / ignorado.

- i) Evolução do Número de Trabalhadores/Estabelecimentos por Grandes Setores de Atividade Econômica no município sede (Anos 1985, 1995, 2005, 2006, 2007)
- j) Evolução do Número de Trabalhadores/Estabelecimentos por Grandes Setores de Atividade Econômica em municípios da região de influência (Anos 1985, 1995, 2005, 2006, 2007)

4.2.5. Análise do Ensino Superior e Técnico

A análise da oferta de ensino Superior e Técnico na mesorregião, na microrregião, no município sede e na região de influência imediata dividir-se-á em Ensino Superior (licenciatura, bacharelado e cursos sequenciais de formação específica), Ensino Tecnológico, Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Ensino Técnico. Cada modalidade contemplará o levantamento do número de instituições, cursos oferecidos, número de vagas e dependência administrativa (privada, pública ou filantrópica) das instituições da Mesorregião, da Microrregião, do Município Sede e dos municípios que compõem a região de influência considerada, conforme quadro demonstrativo abaixo.

Instituições de Ensino, Dependência Administrativa, Cursos Oferecidos, Número de Vagas Autorizadas, por Modalidade e Região Geográfica					
Região	Modalidades	Instituição	Dependência Administrativa	Cursos Oferecidos	Nº de Vagas Autorizadas
MESORREGIÃO	Técnico Integrado	Instituição 1	Dep. Adm.	Curso 1	Nº Vagas
		Instituição 2	Dep. Adm.	Curso 2	Nº Vagas
		Instituição N	Dep. Adm.	Curso N	Nº Vagas
	Técnico Subsequente				
	Técnico - EJA				

	Formação Inicial				
	Continuada - FIC				
	Tecnológico				
	Licenciatura				
	Bacharelado				
	Sequencial de Formação Específica				
	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>				

Será conduzida análise considerando o número de cursos por áreas de ensino, subdividindo-os de acordo com a carência (pouca, média e elevada) percebida, bem como pela comparação entre o número de vagas ofertadas e o número de habitantes em idade preponderantemente estudantil (18 a 24 anos).

4.3. Pesquisa de Campo

Nessa etapa, serão realizadas visitas no município sede e em alguns municípios que compõem a região de influência imediata e/ou mediata.

Serão entrevistados prefeitos e/ou secretários municipais, empresários e representantes das organizações da sociedade civil/movimentos sociais, buscando dados alternativos e/ou

complementares àqueles obtidos nos bancos de dados pesquisados. Segue em anexo os instrumentos de coleta de dados.

5. Levantamento das Modalidades de Educação e Cursos a Serem Oferecidos pelas Unidades de Ensino

A partir dos resultados da pesquisa de campo; da análise do trabalho e do emprego; da consulta ao “Catálogo Nacional de Cursos Técnicos” e ao “Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia”; e do estudo das indicações do “Grupo de Trabalho Permanente Para Arranjos Produtivos Locais” e do “Projeto Sintonia”, serão realizadas indicações das modalidades de educação profissional e dos cursos a serem oferecidos, conforme quadro abaixo. Os possíveis Arranjos (Produtivos, Sociais e Culturais) Locais que poderão ser implementados no município sede e na região de influência pelos *Campi* e pelas unidades de ensino estabelecidas, a serem implantadas ou em processo de implantação serão indicados, conforme o quadro abaixo.

No caso dos *campi* e unidades de ensino estabelecidas os resultados convergirão para possíveis reestruturações necessárias para uma remodelação dos cursos oferecidos e/ou suas modalidades de ensino, seja em seu quadro de pessoal ou de estrutura. Outrossim, poderá se estabelecer metas de atuação da instituição junto a Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais estabelecidos e/ou potenciais, tendo em vista seu efetivo envolvimento no processo de desenvolvimento regional/local.

6. Relatório de Estudo/Pesquisa

A última etapa do Projeto de Estudo/Pesquisa para Inserção/Adequação das Unidades de Ensino da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em seus contextos regionais será a elaboração dos Relatórios de Estudo/Pesquisa, onde serão apresentadas as conclusões.

Primeiramente, o Relatório de Estudo/Pesquisa será apresentado como “Versão Preliminar”, sendo, em seguida, encaminhado por e-mail aos entrevistados e ao Reitor, Pró-Reitores e diretores da instituição. Após o prazo de 2 (duas) semanas serão

incorporadas as contribuições pertinentes, sendo então, após eventuais adendos, supressões e esclarecimentos, encaminhados ao Reitor, Pró-Reitores e diretores da instituição a “Versão Final” do Relatório de Estudo/Pesquisa.

7. Cronograma

A implementação dos Estudos/Pesquisas para a inserção/adequação dos *campi* e das unidades de ensino da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em seus contextos, deverão se apoiar nas metodologias desenvolvidas pela Coordenação Nacional e Núcleos Regionais do Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica e nos demais núcleos do Observatório que venham a ser implantados nas instituições.

8. Fontes de Pesquisa

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL.** Brasília, novembro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** Brasília, novembro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** Brasília, novembro de 2007.

AMORETTI, Juliana et. al. **Arranjos Produtivos Culturais e Sociais Locais e a Educação Profissional e Tecnológica.** In: I Jornada Nacional de Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica. Março de 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás. **Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (SEPIN).** Novembro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. **IDEB 2005 e Projeções para a Rede Estadual de Goiás.** Novembro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. DPAI. **Projeto Sintonia.** Agosto de 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Proposta de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Notícias da Rede – Informativo das Escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília – outubro de 2007 – Ano II – Numero 2. www.mec.gov.br/setec

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE.** www.ibge.gov.br.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).**